

A FORMAÇÃO DISCURSIVA NO CONTEXTO AMAZÔNICO ACREANO

Jirlany Marreiro da Costa Bezerra¹

Raimundo Gouveia da Silva²

INTRODUÇÃO

O presente artigo refere-se aos conteúdos abordados pela disciplina Linguagem, Identidade e Diversidade Amazônica, que descreve os diferentes discursos sobre a Amazônia, através de relatos cronistas do século XVI e XVII, exposto no romance Terra Caída de José Potiguara (1961), assim como literaturas sobre o contexto amazônico e acreano, objetivando entender a construção discursiva do olhar do outro (estrangeiro). Esses discursos mostram uma Amazônia rica, de difícil acesso e com infinitas adversidades, que precisa ser conquistada, desbravada e colonizada, produzindo uma imagem que vai ser reproduzida por outros autores, observada em relatos e textos do século XIX.

Outro ponto importante discutido é a descoberta da borracha e sua significação no cenário mundial e nacional, fato que proporcionou a entrada de pessoas de diferentes localidades, principalmente do nordeste, nas terras amazônicas e acreanas. Esse nordestino torna-se o seringueiro que buscou de alguma forma expressar a sua identidade, seus costumes, mas que foi abafada pelo poder dos donos de seringais ou por aqueles que estavam na ordem hierárquica de poder, e de dominação das terras empossadas.

Por fim, será realizada uma rápida argumentação sobre a introdução do Acre como território brasileiro, no sentido de buscar o seu espaço, seu reconhecimento como povo pertencente a um lugar.

¹ Professora Mestra em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre (UFAC), atuando como docente de Psicologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC. E-mail: jirlanymarreiro@gmail.com

² Professor de pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFAC, Psicopedagogo, pela Faculdade Acreana Euclides da Cunha, E-mail: raimundo.silva@ifac.edu.br

DESCOBERTA, RELATOS, DESCRIÇÕES DO LUGAR

A importância da descoberta das terras Amazônicas, no cenário mundial, trouxe várias expedições marcadas ou registradas pelos cronistas nos séculos XVI e XVII, em especial temos os registros de Diogo Nunes, que foi o primeiro cronista desbravador e posteriormente os registros do frei Gaspar de Carvajal, através da expedição de Francisco de Orellana, inicialmente marcadas por relatos considerados maravilhosos e grandiosos enfatizando o divino, o exuberante, marcado pela grandeza encontrada na floresta apresentada diante deles.

Ao longo dos intentos expedicionários, as mesmas tornaram-se exploratórias, principalmente de cunho científico em busca das especiarias e dos produtos tropicais, como a canela. As dificuldades registradas pelos cronistas na aquisição das terras conquistadas eram percebidas pelos seus relatos, que mostravam o perigoso e o atraente ao mesmo tempo, sempre em busca do que a terra nativa poderia fornecer. Enfatizando os povos encontrados, a mata muito fechada, o clima, os rios, os bichos e todas as consequências da exploração, como as doenças, a fome, a irracionalidade dos homens e a vida.

Esses relatos, marcadamente registrados na expedição de Francisco de Orellana, através de Carvajal, demonstram que nem todo desejo de desbravar as terras brasílicas, teria êxito, pois as baixas humanas, a falta de alimento e as grandes extensões territoriais e as lutas com os povos indígenas, dificultariam o acesso e o sucesso da sua expedição. No entanto, em meio às adversidades, passados nove meses, o mesmo alcançou o seu objetivo que era a foz, no oceano Atlântico e, após isso, obteve grande repercussão tanto na Europa quanto na América, que possibilitou novas expedições e novos relatos de outros cronistas.

Após 18 anos da expedição de Francisco de Orellana, foi montada a maior expedição chefiada pelo governador Pedro de Ursua e posteriormente por Lope de Aguirre que navegaria o rio Amazonas, não mais em busca da canela ou das Amazonas (mulheres índias guerreiras), mas do Eldorado. Segundo Lima, o “Eldorado, eram as

ricas fontes produtivas borracheiras e uma grande demanda de produtos tropicais, especialmente a borracha” (LIMA, s.d, p. 26).

A borracha, após descoberta, foi o elemento mais atrativo ao homem civilizado devido ao grande uso e abundância da mesma. Tal, expedição foi malfadada devido aos conflitos existentes entre os seus colaboradores e divergências de objetivos da mesma, proporcionando o fracasso e baixas consideráveis ao longo do percurso no rio Amazonas, possibilitando, posteriormente novas expedições e novos relatos.

O que não passava despercebido entre os relatos dos cronistas eram os rios gigantes e suas grandes extensões e ramificações, principalmente o rio Amazonas, que foi “o caminho cenário, o fio condutor das tramas narrativas elaboradas pelos cronistas viajantes”, como afirma (UGARTE, 2009, p. 169).

Os rios foram alvos de muitas declarações e descrições feitas por tais aventureiros demonstrando as inquietações e o desconhecimento dos rios e suas margens. Os relatos traziam a preocupação com a profundidade do rio, a difícil navegação devido aos constantes paus que cortavam o caminho, impedindo muitas vezes de avançar e sobressair-se nos territórios a serem conquistados, pois dependendo da estação, que tais viajantes estivessem poderiam enfrentar a seca, a enchente, as alagações e todas as dificuldades provenientes do período interposto.

Em “A margem da História” Euclides da Cunha (1999), cita várias passagens da terra, do rio Amazonas e sua extensão, as constantes mudanças de direção, das enchentes, das secas e das ramificações produzidas pelos seus leitos traduzindo para muitos viajantes o misterioso, o desconhecido, o belo e o exótico. Reafirmando as palavras de Euclides, Leandro Tocantins (1973) em seu livro “O rio comanda a vida” demonstra a grandiosidade do Amazonas e o quanto produziu no imaginário do homem desbravador o desejo de vencê-lo. O mesmo aponta que:

Mas quem poderá controlar as formidáveis e dispersas energias do Amazonas? O volume colossal das águas, o arremesso violento da corrente, a inconsistência do solo, invalidam qualquer diligência de refreá-lo em benefício social, e ele continua selvagem, primitivo, entregue aos devaneios de sua geografia, aos caprichos de sua hidrografia. A obra seria uma luta entre gigantes e pigmeus, e é possível que o rio acabasse por vencer. (TOCANTIS, 1973, p. 279).

As afirmações mostram o quanto o rio Amazonas e seus afluentes foram registrados e notadamente considerados, pois naquela época notoriamente o rio comandava a vida dos viajantes.

Conjuntamente, a esses fatos relatados o clima tornar-se mais um elemento de grande dificuldade encontrada, pois as altas temperaturas, a umidade, a profusão de mosquitos ou contrário a isso, o frio, as chuvas, mostram nos relatos dos cronistas o desconhecido e o difícil. Pois, não conheciam as estações da Amazônia na época e confiavam no que o nativo dizia, e muitas idéias imaginadas sobre a Amazônia eram idealizadas pelos relatos daqueles que vieram anteriormente descrevendo o momento climático que estavam vivenciando. Pois, o que pensamos, sobre determinado lugar, vem carregado de relatos anteriores, interferindo, de forma significativa, sobre o nosso olhar, na nossa subjetividade do lugar, principalmente vindo dos espaços geográficos já conhecidos.

Foi o que sucedeu em fevereiro de 1542, quando o frei Carvajal associou as enchentes a estação do inverno, percebendo as diferenças com a Europa. Uma passagem relatada pelos cronistas é observada pelo capitão Altamiro em 1560, quando o mesmo relata “(...)que a terra era inabitável por apresentar um clima muito quente, além de ser alagadiça”, como descreve, (UGARTE, 2009, p. 235).

Os efeitos climáticos estavam direta e indiretamente relacionados à questão psicológica, do que os mesmos encontravam, porque enquanto para alguns foi um clima temperado, para outros foi “palco de terror”, como sublinha Ugarte, (2009). As variações climáticas eram diferentes em cada momento que os diferentes viajantes encontravam-se e dependendo de como essas viagens transcorriam os seus relatos eram recheados de suas experiências.

Entre os séculos XVI e XVII, os demais viajantes como o padre Acuña surpreendeu-se com o clima temperado que dependendo da estação tornava-se mais agradável e fresco favorecendo a produção de alimentos e a melhoria da qualidade de vida entre eles, contrariamente a isso, outros desbravadores como Heriarte, pegavam altas temperaturas, muita umidade, depreciando o momento vivido demonstrada

pelos relatos escritos, porém não deixando de considerar a ocupação do espaço geográfico que se propuseram alcançar.

Diante das variações climáticas que encontravam os viajantes na terra Amazônica, os mesmos tinham que lidar com a insalubridade do lugar, o impaludismo, entre outras enfermidades decorrentes do clima, da reação do organismo e da floresta, que era muito densa e de difícil acesso. Todavia, todas as dificuldades de adentrar-se na floresta, não diminuem o desejo de apossá-la devido à exuberância e a inesgotabilidade de recursos da região, tanto de animais, quanto de produtos naturais como as árvores frutíferas.

Outro fator interessante registrado pelos cronistas foi a grande quantidade de animais estranhos e diferentes, muitos comparados com outros bichos já conhecidos por outras terras conquistadas, após o reconhecimento prosseguiram na tentativa de nomeação dos mesmos. Através desse conhecimento o que muito foi produzido foram às lendas folclóricas que muitas delas permanecem até hoje no imaginário popular.

Após a dominação da região pelos brancos os povos indígenas tornaram-se ferramentas exploratórias das riquezas existentes no território, favorecendo o interesse europeu pelas terras conquistadas e a exploração das mesmas. Mesmo tendo os índios como guias, subalternos, dominados, os exploradores sofreram as mazelas da região desconhecida devido a sua grande extensão territorial e dificuldades de penetração. Para Euclides da Cunha, “o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem(...)” (CUNHA, 1999, p. 2).

As lutas bravias com os índios e o desconhecimento do clima e da vegetação trouxeram para muitos desses aventureiros a perda da vida ou da saúde. O que alimentava tal sonho da terra possuída era a riqueza através da borracha. A borracha após descoberta foi o elemento mais atrativo ao “homem civilizado” devido ao grande uso e abundância da mesma. Para Rocha:

Tal região, outrora longínqua dos centros europeus, pois as viagens demoravam meses e até anos para serem realizadas, tornou-se

centro de discussões em torno do lugar, do espaço, das lutas, da busca da identidade; tornou-se objeto de desejos, de olhares cobiçosos, de busca de conhecimento, de visitas, de “grande laboratório a céu aberto”, de posse de tantas coisas mais. (ROCHA, 2012, p. 18)

E com a descoberta das especiarias e da borracha, consequência da observação feita pelos exploradores sobre os índios em suas tribos no alimento do fogo, na produção de peças artesanais, de vestuário, entre outras formas de utilização como a produção e confecção de alimentos, esse desejo de explorar tornou-se ainda maior.

O explorador francês Charles de La Condamine foi o primeiro cientista a andar nas terras amazônicas em 1736 e tornou-se o grande incentivador da descoberta da borracha na Amazônia e no Acre, pois mesmo sendo utilizada pelos povos indígenas de diversas formas, foi ele através de suas pesquisas no Equador, introduzindo-se nas matas nativas, quem percebeu a importância do elemento utilizado pelos nativos, repassando ao mundo um produto durável, rentável e explorável em terras possuídas pelos europeus, como afirma, Lima(s.d).

A BORRACHA, O SERINGUEIRO E O ACRE

A borracha recém descoberta pelos brancos tornou-se elemento fundamental dentro do contexto amazônico, conforme declara Souza.

Aos poucos a borracha conseguiu o seu lugar como matéria-prima na indústria internacional. A indústria interessou-se pela exploração na Amazônia. Afirmando, ali estava o maior reservatório de borracha do mundo” (SOUZA, 2006, p. 77).

Consequentemente, o crescimento da exploração dessa matéria-prima foi crescente e inesgotável, sempre descobrindo o quanto era utilizável, durável e rentável para os investidores europeus, tornando-se um produto consumido em grande escala a nível internacional.

Após a descoberta da borracha em terras amazônicas, os exploradores foram cada vez mais se adentrando na mata e nos rios, como o Juruá e o Purus, até alcançarem terras não antes descobertas que posteriormente seria o Acre. Todo esse

avanço produziu muitas explorações ao longo do século XIX. E a província do Amazonas, instalada em 1852, seria um grande explorador das terras acreanas, com o intuito econômico pela região, como afirma Souza (2006). O interesse para a conquista da terra acreana moveu toda a província de Manaus, onde a extração da borracha estava em alta, no entanto, a falta de mão de obra para a exploração e coleta da mesma impedia o crescimento ainda maior do produto. Foi quando os migrantes do nordeste e deportados ou desterrados da corte foram enviados como trabalhadores braçais.

A descoberta do Acre e seu desbravamento como território foi um longo processo de penetração de homens em suas florestas densas e fechadas com o único desejo, ganhar dinheiro, a fim de obter uma melhor qualidade de vida, principalmente econômica, através da exploração da borracha. Esses homens buscavam a riqueza nas terras acreanas com o intuito de saírem da situação de miséria que se encontravam no nordeste ou aqueles que eram enviados para serem excluídos da sociedade e colocados em terras estranhas como punição. Dessa forma, encaminhados as terras borracheiras. Em *A Margem da História de Euclides da Cunha*, o autor declara que:

Agravou-se sempre uma seleção natural invertida: todos os fracos, todos os inúteis, todos os doentes e todos os sacrificados expedidos a esmo, como o rebotalho das gentes, para o deserto. Quando as grandes secas de 1879-1880, 1889-1890, 1900-1901 flamejavam sobre os sertões adustos, e as cidades do litoral se enchiam em poucas semanas de uma população adventícia, de famintos assombrosos, devorados das febres e das bexigas – a preocupação exclusiva dos poderes públicos consistia no libertá-las quanto antes daquelas invasões de bárbaros moribundos que infestavam o Brasil, (CUNHA, 1999, p. 33).

O que muitos desses homens não imaginavam era que a terra prometida representava o começo e o fim para alguns deles, pois se tornaria um massacre de forma gigantesca para a população enviada. Em 1877 foi registrado a saída do Ceará de mais de 14.000 mil pessoas rumo a Amazônia e no ano seguinte mais de 54.000 mil pessoas, como afirma Costa (2003). Todas elas com a única intenção de trabalhar na

extração da borracha, o que desconheciam era a forma como seriam enviados e tratados, pois foi plantado em suas mentes o eldorado.

Deliberadamente, esses homens eram chamados no nordeste por pessoas contratadas pelos donos dos seringais, que além de possuírem armazéns com mercadorias para venda necessitavam de mão de obra barata. E sabendo que não possuíam mão de obra suficiente para a exploração e extração da borracha, foram em busca dos sertanejos, preferencialmente os cearenses que tinham fama de serem fortes, brabos e perseverantes.

Dessa forma, encaminharam para a terra acreana milhares de homens e alguns deles trouxeram suas famílias e por estarem em condições de miséria e fome, muitos apresentavam enfermidades, não suportando a viagem e fracassando imediatamente na busca do seu sonho. O longo percurso até as terras acreanas envolvia a saída da sua terra natal até os portos de Belém e Manaus, e posteriormente ao Acre através dos rios Purus e Iaco. A sobrevivência a esse trajeto já custava milhares de vidas, pois ainda teriam que passar pelas gaiolas, assim chamadas as embarcações que traziam os nordestinos, e ao alcançarem os leitos dos rios eram despejados e entregues a sua própria sorte, portados apenas com armas e mantimentos suficientes para um determinado tempo.

Ao serem lotados nos seringais, uma conta era aberta onde os produtos alimentícios, de higiene e armas, assim como as suas passagens e custos de viagem eram inseridos para serem descontados à medida que trabalhavam na extração da borracha, além do acordo explícito de compra e venda exclusiva. Esses nordestinos passam a ser chamados de seringueiros a partir do momento que adentravam e iniciavam os seus trabalhos na extração do látex.

Esse território, assim chamado de seringal, é constituído como unidade econômica e social de um grupo de pessoas, tendo como finalidade é a extração das árvores seringueiras na produção da borracha ou látex, um espaço geográfico constituído pelos barracões dos donos dos seringais, os armazéns e toda uma estrutura suficiente para o controle dos seringueiros.

O seringueiro, devidamente postado com mantimentos suficientes, era levado para determinadas colocações para que fosse iniciada imediatamente a extração do látex e conseqüentemente o envio para a produção da borracha. Após algumas semanas voltavam ao barracão, trazendo a sua produção, entregando aos donos dos seringais ou ao capataz. Todo trabalho realizado era descontado nas contas obtidas pelos seringueiros pelo seu deslocamento para o seringal, quanto aos produtos de higiene e alimentícios pegos.

O tempo de retorno da extração era severamente estabelecido, como regra dos donos dos seringais como forma de fiscalização e controle dos seringueiros. O ganho dos donos dos seringais era exorbitante devido aos altos preços dos produtos, prejudicando o crescimento dos seringueiros tornando-os escravos e reféns da sua mal fadada sorte, ou seja, vivendo um endividamento perpétuo. Segundo, afirma Ranzi:

As condições de saúde frágil, trabalho exaustivo, alimentação limitada e de existência solitária, faziam do cotidiano desse trabalhador da floresta desafio que necessitava boa dose de querer viver, para sobreviver na realidade dos seringais. (RANZI, 2008, p. 159).

Com o crescimento e exportação da borracha, principalmente após a técnica de vulcanização de Goodyear, a extração e exploração tornava-se elemento indispensável a modernização industrial nacional e internacional. Para os seringueiros representavam trabalho duro, pouco retorno e perda da esperança. Ana Pizarro, em seu livro *Amazônia: as vozes do rio*, declara que:

A realidade encontrada estava longe daquela com a qual tinham sonhado, pois viviam uma situação de semiescravidão, em que a possibilidade de regressar não figurava no horizonte (PIZARRO, 2009, p.116).

Não menos importante nesta característica exploratória os aviadores, adentram no cenário amazônico como atores coadjuvantes, onde buscavam os seus ganhos em cima dos seringueiros ávidos por mercadorias mais baratas ou variadas, entregando todo o resto do seu ganho da extração da borracha. Ficando novamente na miséria e voltando a coleta da borracha como ciclo vicioso. Ideia essa afirmada por

Euclides da Cunha ao destacar que: “(...) é o homem que trabalha para escravizar-se” (CUNHA, 1999, p. 13).

Mesmo havendo um desejo latente de mudança, as adversidades existentes nesse contexto desfavoreciam esse seringueiro desbravador no crescimento e mudança de vida.

O livro *Terra Caída* (1961), de José Potiguara, enfatiza esse contexto, relatados por histórias individuais e coletivas dos personagens que se entrecruzam nessa dinâmica da dominação da terra pelos donos de seringais, as famílias vindas do nordeste, o regime de escravidão em que essas famílias viviam, a falta de condições, a perda dos laços familiares, os romances vividos, a prostituição, os homicídios, os adultérios, ou seja, tudo que envolvia as suas vivências, não deixando por menos a descrição geográfica da região com as suas inóspitas dificuldades.

O livro tem como personagem principal, um nordestino (Chico Bento), que é levado ao Acre junto com a sua família em busca de condições melhores de vida, fugindo da seca do nordeste, e, por suas características físicas e um temperamento necessário para o trabalho torna-se seringueiro. No entanto, como quase todas as histórias verídicas e ficcionais o imigrante é lavado ao fracasso, a perda, ao infortúnio, como é descrito por José Potiguara (1986).

Enquanto rema, Chico Bento pensa na ironia do destino. Expulso do nordeste pela seca, emigrou para o Acre. Agora, é o excesso de água que o expulsa do Acre!... Perdeu tudo o que tinha, mas não desespera. Sofre em silêncio, sem uma imprecação nem uma queixa, com a designada coragem da raça nordestina (POTIGUARA, 1986, p. 277).

O pensamento do personagem é observado pela perda de tudo que possuía desde os bens materiais aos filhos, contradizendo o rumo que levou a sua história as terras acreanas. Esse livro, como tantos outros, é mais um esboço do contexto de muitos homens e mulheres que vieram em busca da riqueza e da prosperidade, mas encontraram a pobreza e a escravidão, massificando, histórias de vida, de famílias inteiras registradas no decorrer do tempo, pela literatura presente.

Após a retirada de milhares de mudas seringueiras do Brasil, o preço do látex caiu, ocorrendo à crise no seu consumo internacional, o que possibilitou ao Brasil a

perda do monopólio da seringueira para a Inglaterra, levando muitos desses seringueiros, a viver da pesca, dos garimpos ou da busca da colonização por terras para que as mesmas se tornassem produtivas, pois antes visto a borracha como oportunidade de enriquecimento, posteriormente, vista como fracasso e pobreza.

Com a Segunda Guerra Mundial, a exploração da borracha cresceu novamente e a entrada de novos imigrantes as terras amazônicas e acreanas, chamados posteriormente de soldados da borracha, apontava para a necessidade, não só de um povo, mas, de uma nação de se valorizar e de se reafirmar.

Inicia-se, um novo ciclo na história da borracha, que foi chamada a Batalha da Borracha por volta do ano de 1943 e 1945, onde o governo brasileiro apoia os aliados americanos e recruta grandes quantidades de migrantes para a extração do látex. Esse chamado possuía todo um discurso de conquista, de guerra, de patriotismo com a intenção de motivar esses homens para as terras longínquas e insalubres, fora aqueles que foram conduzidos compulsoriamente.

A necessidade de angariar o maior número de trabalhadores foi reforçada pelo governo Vargas, que considerou a demanda de mãos de obra necessárias para o investimento, onde a promessa de dias prósperos era real, segundo afirma Pizarro, que diz “(...) foram levados mais de cinquenta mil trabalhadores e, pelo tom dos discursos, é possível prever que seu objetivo fosse atrair maior quantidade de força de trabalho para, como soldados, levantar-se “em defesa da pátria ameaçada” (PIZARRO, 2009, p. 160).

O discurso levantado pelas autoridades governamentais e dos donos de seringais produziam uma falsa verdade, introduzindo nas mentes, principalmente dos nordestinos, a certeza da vitória e do dever cívico cumprido.

O que esses soldados não esperavam eram as mesmas mazelas, dificuldade, falta de assistência e regime de escravidão nos seringais, onde a suas batalhas encontravam-se frente aos donos dos seringais, as leis impostas e a pluralidade da floresta.

É importante considerar aqueles que são poucos relatados, ditos na história amazônica e acreana que são os excluídos, ou melhor, os expulsos da corte do Rio de

Janeiro e do próprio nordeste, por serem considerados como os marginais, os insalubres, os vagabundos, sendo eles como parte importante nesse contexto por serem corpos, mentes, vozes que vivenciaram essa história. Sejam eles por não fazerem parte do projeto de modernidade almejada ou por possuírem condutas consideradas inadequadas aos padrões da época, provocando à condução as terras acreanas, como forma de punição ou de desterro. Dessa forma, punindo-os com a distância e com os trabalhos forçados nos seringais.

A tese de doutorado, ACRE, “A PÁTRIA DOS PROSCRITOS”: PRISÕES E DESTERROS PARA AS REGIÕES DO ACRE EM 1904 E 1910, do Professor Doutor Francisco Bento da Silva (2010), relata com muita riqueza de detalhes a condução desses indivíduos as terras acreanas, o contexto político da época.

Uma parcela do povo acreano foi constituído dessas migrações nordestinas, dos deportados e desterrados, da capital da república, reconhecidos como sujeitos inferiores, que mereciam encontrar-se num lugar de difícil acesso, inóspito, demonstrando o desejo de livrar-se do indesejado, como forma de punição e prisão. Consequentemente existia o favorecimento desses sujeitos nas terras acreanas através da sua mão de obra barata para a exploração das novas terras. Segundo Lima, o Acre “(...) tem aceito aventureiros de qualquer parte de onde venham, e oferecer-lhes graciosamente tudo aquilo que dela exigem” (LIMA, sd, p. 11).

Assim era visto o Acre, terra sem dono, sem limites, terra de punição. Esses indivíduos adentravam-se na região com rótulos de marginalizados e que mereciam ou necessitavam ser banidos ou excluídos, provenientes de um discurso forjado por aqueles que precisavam justificar as atitudes tomadas perante os atos cometidos, atos considerados discricionários por não terem juridicamente um processo legal. Segundo Silva:

Se o Acre era genericamente visto assim desde sua formação, - um deserto, um vazio, uma sociedade desorganizada, uma vaga geográfica e lugar de morte -, nada mais adequado no imaginário de muitas autoridades da época que mandar pessoas com predicados e características consideradas também negativas, para ali vivessem longe da capital da república imaginada e sonhada pelas elites e autoridades. (SILVA, 2010, p.224)

Quando pensamos no estado do Acre, o nosso imaginário reporta-se as grandes dificuldades encontradas para anexação como território brasileiro, as lutas desbravadas, o sangue derramado, imaginamos o quanto o povo lutou, defendeu para que esse feito se tornar-se fato.

As dificuldades do povo acreano, da conquista da terra e de sua importância como território brasileiro, a inquietação da definição de identidade que os mesmos sentiam e viviam quanto a serem reconhecidos ou não, demonstram a importância dessa marca no perfil do acreano quanto as suas origens e suas raízes, interferindo futuramente no seu papel quanto a cidadão pertencente de um lugar. Para Durval Muniz Albuquerque Júnior, em Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia, a importância do espaço é:

Como muito animais, o homem se caracterizou, desde cedo, por ser gregário, vivendo em grupos ou bandos, talvez por sua própria fragilidade em relação a outros concorrentes e por ser um animal territorial, por demarcar e defender territórios, ou seja, desde cedo, mesmo praticando o nomadismo, os grupos humanos se caracterizaram por demarcar fronteiras, por estabelecer uma área sobre a qual buscavam exercer o domínio, o controle, a exclusividade na exploração dos recursos naturais. Mas, como também somos seres culturais, capazes de produzir, através de várias formas de linguagens, significados e sentidos para tudo com que nos relacionamos, já nestes primeiros agrupamentos humanos veremos estes territórios, estas demarcações territoriais ganhar sentidos culturais, serem demarcados simbolicamente (JÚNIOR, 2012, p. 7).

O homem possui uma necessidade de se caracterizar, de buscar um espaço onde a sua marca esteja registrada, para que valores sejam atribuídos mesmo que de forma simbólica emitindo um significado, um apossamento configurando a sua linguagem, a sua expressão, pois, demonstra as relações de poder, de domínio que exercem para aqueles que chegam ao território.

Pensando dessa forma, percebemos que o povo acreano passou por várias fases desde a descoberta da terra pelos desbravadores portugueses e espanhóis, a briga pelos seringais, os limites de território entre a Bolívia e o Peru, a rejeição do Brasil em considerá-lo como seu território, os diversos tratados, a implantação de uma política beneficiadora apenas para o Brasil, o ganho sem limites das terras exploradas,

a sujeição dos seringueiros, entre tantas situações, demonstram o quanto o acreano lutou e luta por uma conquista de identidade, de pertencimento a um lugar.

A descoberta da borracha no Acre passou a ser motivo de conflitos territoriais por volta do século XIX, com os países vizinhos Bolívia e Peru que buscavam ocupar o seu lugar na rica terra redescoberta.

Sabendo, que o Acre territorialmente era pertencente à Bolívia, o governo brasileiro inicialmente não se interessou pelo mesmo, respeitando o tratado de Ayacucho assinado em 1867. Tal tratado foi o diferencial durante todo esse processo de anexação, pois o governo brasileiro temia o apoio da Bolívia na guerra contra o Paraguai, no qual estava guerreando, juntamente com a Inglaterra, Argentina e Uruguai, este tratado marcava a neutralidade da Bolívia na guerra.

No entanto, destacava o desinteresse primário do governo brasileiro de apropriar-se das terras, mesmo sabendo que grande parte de homens, mulheres e crianças que ali se encontravam e se apossavam dos seringais acreanos, eram brasileiros. Diante, de tal posição, o governo boliviano imediatamente organizou-se para adentrar-se em terras acreanas, montando uma organização militar e territorial presente, através de repartições fiscais. O que não esperavam é que este mesmo tratado amparasse sutilmente os brasileiros que ali moravam, em seu art. 11, onde afirma, “a terra pertence a quem a ocupa”, (SOUZA, 2006, p.150).

Um dos grandes conflitos existentes entre os dois países era a importância do rio Amazonas, pela sua afluência entre os limites territoriais. Para, Costa, “O rio Amazonas era o ponto de convergência das preocupações bolivianas e, por isso mesmo, um pomo de discórdias” (COSTA, 2003, p.23).

Devido à influência que o rio daria na expansão econômica de ambos os países, e com a entrada do governo boliviano nas terras acreanas, os conflitos existentes entre ambos persistiram e crescerão, numa proporção ainda maior devido aos altos impostos cobrados pelo mesmo, pela exploração da borracha em suas terras e insatisfeitos os brasileiros inflamaram-se cada vez mais, favorecendo conflitos e alimentando sentimentos de luta pela terra desbravada e conquistada. Assim, como a

indefinição das demarcações de terra, provocadas pelos anos anteriores, favorecendo a ruptura de uma guerra futura e entrada definitiva do Brasil na aquisição do território.

Nesse período, além desses imigrantes nordestinos já residiam outros indivíduos de diferentes regiões do país, inclusive aqueles cuja inteligência e nível cultural eram considerados mais elevados como jornalistas, advogados, engenheiros e médicos, que favoreciam e defendiam a territorialização das terras para o Brasil. Esses grupos diferenciados de desbravadores superaram todas as dificuldades da região, estabelecendo limites territoriais e garantindo crescentemente uma sociedade local organizada.

No entanto, os ânimos de ambos os lados foram com o passar do tempo tornando-se mais acirrados, pois os bolivianos não esperavam que os brasileiros residentes no território se levantassem contra os acordos estabelecidos. Ocorreram inúmeros embates e divergências, a Bolívia lutava por aquilo que estava estabelecido entre os tratados, tendo como base de apoio o posicionamento do Brasil de ficar neutro e de certa forma rejeitando o Acre como território, por outro lado, os povos que ali viviam, em sua maioria brasileiros, acreditavam na idéia de que o espaço conquistado era possuidor de direito deles.

Em 1902, os conflitos pela terra acreana chegam ao seu limite, a Bolívia realiza alianças com empresários da Inglaterra e dos Estados Unidos, formalizado através do sindicato Bolivian Syndicate. O que se pretendia era arrendar as terras acreanas, com o objetivo de ganhar em cima da extração da borracha e demais especiarias da região. Nesse momento, surge a figura de Plácido de Castro, como aquele que (re) organizaria os limites e as leis estabelecidas anteriormente pelos tratados.

A importância de Plácido de Castro no contexto histórico acreano foi fundamental para que o Brasil olhasse de outra forma a existência do Acre, pois, como já foi relatado, o mesmo não possuía o desejo de anexar o Acre ao território brasileiro, e foi através dos conflitos armados, emancipações do território acreano, percas de ambos os lados, que a história começou a ser mudada. Negociações, acordos, pagamentos e por fim o Tratado de Petrópolis ocorrido por meio do Barão do Rio Branco.

Somente em 1903 o Acre incorpora-se ao Brasil e torna-se território brasileiro através do Tratado de Petrópolis, defendendo que a maioria do povo constituído territorialmente é brasileiro, pertencente ao lugar. Essa conquista não foi apenas por desejo de reconhecimento de um povo, mas pelo favorecimento que o lugar renderia aos cofres brasileiros. Em a Conquista do Deserto Ocidental Craveiro Costa, mostra que:

O tratado de Petrópolis, se, pelo lado das nossas relações internacionais, representa uma conquista da nossa política exterior, pelo lado econômico e financeiro foi uma operação felicíssima, porque as ricas terras adquiridas ao norte do paralelo 10º20', em plena e vantajosa produção e que formam hoje o Território Federal do Acre, já libertaram sobejamente o Brasil do grande ônus que sua aquisição acarretou ao Tesouro Nacional (COSTA, 2003, p. 157).

Portanto, essa conquista tão almejada por aqueles que constituíam o território acreano não foi de graça, o preço foi pago, tendo em vista que a terra era produtiva e próspera. Não obstante, a todos os conflitos e jogos de interesse ocorridos, o Peru entra nesse cenário reclamando a sua parte, nas terras localizadas na região do Juruá, chegando a ter alguns embates com os soldados brasileiros e seringueiros, no entanto, através de negociações paralelas com o Brasil, sem a interferência da Bolívia, no dia 8 de setembro de 1909, foi elaborado um Tratado de Limites, que formalizava uma parte do território para o Peru. Antes, o Acre com extensão territorial de 191.000 Km, após o acordo passa a ter 152.59 Km de território, segundo afirma, Souza (2005).

Toda essa empreitada de conquista territorial, o Acre passa a ser território do Brasil em 25 de fevereiro de 1904, através do Decreto legislativo nº 1.181, autorizado pelo Presidente do Brasil Rodrigues Alves, onde inibe toda intenção do estado do Amazonas de tirar proveito politicamente e financeiramente, assim como dos políticos acreanos de administrá-lo.

Sabemos que após esse decreto o Acre, passou por inúmeras formas administrativas e políticas, desde os departamentos, comarcas, municípios, até que em 1962, através do movimento autonomista, o Acre passa a categoria de estado. O Acre possui ao longo de sua trajetória, como terra desbravada, conquistada, anexada, um longo contexto de lutas, reivindicações, onde o único desejo do povo aqui assentado

foi de ser assegurado como terra brasileira e certificado como sujeitos pertencentes a uma pátria.

A importância da história acreana, fica a salvo nas memórias daqueles que ainda estão se fazendo presente nas rodas de conversa, nos cenários contados, reproduzidos através de suas experiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os escritos nos séculos XVI e XVII, assim como todo o desenrolar da vinda dos imigrantes as terras amazônicas e acreanas mostram que somos frutos do imaginário europeu sendo reproduzido para uma realidade persuasiva que nos dias atuais ainda se configuram como verdade.

Essa reprodução mostrou a trajetória desses sujeitos ao território amazônico e acreano na conquista da terra, da seringa, do seu espaço identitário descrito por esses relatos, contos, romances, pesquisas reproduzidas ou resignificada nos dias atuais, mostrando que as lutas, as percas, os ganhos fizeram parte do contexto regional e nacional.

Dentro de toda a contextualização descritiva, a Amazônia e o Acre ganham uma identidade adquirida pelo encontro dessas vozes, fragmentada pela percepção individual do narrador, ou seja, por aqueles que estavam à frente do discurso. Essa variedade discursiva demonstra que somos uma invenção, algo dito sempre pela metade reforçando o entendimento do inventado. Esse inventar traduz as formas discursivas características da época, e que nos dias atuais ainda são reproduzidas mesmo que de forma um pouco mais diferenciada.

Desta forma, toda construção social e política relatada se deve pela interação entre muitos povos de diferentes culturas, valores, cujos interesses eram individuais ou coletivos, sempre em busca do ganho, não importando com o processo em si mesmo, ou seja, com os indivíduos excludentes que realmente fizeram parte do mesmo.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2012.

COSTA, Craveiro. **A conquista do deserto ocidental: subsídios para a História do Território do Acre**. Rio Branco: Tribunal de Justiça, 2003.

CUNHA, Euclides. **A margem da história**. Belém: NEAD/Unama. Disponível em <www.dominipublico.gov.br>, acessado em 12/10/2015.

LIMA, Manoel Ferreira. **O Acre II**.

PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio**. Tradução Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

POTYGUARA, José. **Terra Caída**. São Paulo: Globo, 2007.

RANZI, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre (1870 – 1971)**. Rio Branco, AC: EDUFAC, 2008.

ROCHA, Hélio Rodrigues da. **Microfísicas do imperialismo: a Amazônia rondoniense e acreana em quatro relatos de viagem**. Curitiba: Editora CRV, 2012.

SILVA, Francisco Bento da. **Acre, a “pátria dos proscritos”**: prisões e desterros para as regiões do Acre em 1904 e 1910. Curitiba, 2010.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre: novos temas, nova abordagem**. Rio Branco, Editor Carlos Alberto Alves de Souza, 2005.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1973.

UGARTE, Auxiliomar Silva. **Sertões de bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas na Amazônia na visão dos cronistas ibéricos – séculos XVI/XVII**. Manaus: Valer, 2009.

A FORMAÇÃO DISCURSIVA NO CONTEXTO AMAZÔNICO ACREANO

Resumo: O presente artigo apresenta a importância dos relatos cronistas do século XVI e XVII, na descoberta da Amazônia e todas as adversidades existentes, vista através dos olhos europeus, relida em relatos literários, ficcionais e historiográficos como de Euclides da Cunha (1999), José Potiguara (2007), Ana Pizarro (2012), entre outros que narram o contexto amazônico, a descoberta das terras Acreanas, a introdução dos imigrantes nordestinos e dos deportados e desterrados, assim como a significação da borracha no contexto amazônico.

Palavras-chaves: Acre, Amazônia, borracha, seringueiro.

THE DISCURSIVE FORMATION IN THE AMAZONIC AMAZONIAN CONTEXT

This article presents the importance of chronicles from the sixteenth and seventeenth centuries, in the discovery of the Amazon and all the existing adversities, seen through the eyes of Europe, re-read in literary, fictional and historiographic reports as of Euclides da Cunha (1999), José Potiguara (2007), Ana Pizarro (2012), among others that narrate the Amazonian context, the discovery of the Acreanas lands, the introduction of northeastern immigrants and the deportees and exiles, as well as the meaning of rubber in the Amazon context.

Keywords: Acre, Amazon, rubber, rubber tappers.

LA FORMACIÓN DISCURSIVA EN EL CONTEXTO AMAZÓNICO ACREANO

Resumen: El presente artículo presenta la importancia de los relatos cronistas del siglo XVI y XVII, en el descubrimiento de la Amazonia y todas las adversidades existentes, vista a través de los ojos europeos, relinda en relatos literarios, ficticios e historiográficos como de Euclides da Cunha (1999), En el caso de los inmigrantes nordestinos y de los deportados y desterrados, así como la significación del caucho en el contexto amazónico, entre otros que narran el contexto amazónico, el descubrimiento de las tierras Acreanas, la introducción de los inmigrantes nordestinos y de los deportados y desterrados, así como la significación del caucho en el contexto amazónico.

Palabras claves: Acre, Amazonia, caucho, caucho, caucho.

Submetido em Maio de 2017
Aprovado em Setembro de 2017